

Contratação inicial entre 100MW e 200MW criaria mercado; indústria também pleiteia incentivos que impeçam importação em massa de equipamentos

Por Luciano Costa



A sinalização feita pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de que um estudo propondo a realização de leilões para a contratação de energia fotovoltaica será encaminhado ao Ministério de Minas e Energia agradou os agentes do setor solar. E, embora a ideia ainda tenha de passar pelo crivo da pasta, a perspectiva é otimista. O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Energia Renovável (Abeer), Antônio Granadeiro, inclusive, diz que conversas com o secretário-executivo do MME, Márcio Zimmermann, apontaram a vontade do governo de viabilizar a fonte.

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, fala em uma licitação para "criar uma massa crítica" da indústria no País. Para Granadero, uma política nesse sentido teria de envolver algo em torno de 100MW. "Já seria um bom começo. A sinalização de que isso vai ocorrer - e de quando - vai permitir que as empresas se estabeleçam no Brasil. Hoje, com 20MW (de demanda) ao ano, já se justifica o investimento industrial, o início da produção local" estima. O executivo também fala sobre o preço da geração, que ficaria entre R\$300 e R\$400 por MWh, a depender dos incentivos que seriam dados.

O número é próximo do calculado pelo diretor do Grupo Setorial Fotovoltaico da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Leônidas Andrade - que fala em algo entre 100MW e 200MW "para início de conversa". A entidade reúne hoje aproximadamente 120 empresas interessadas no setor fotovoltaico, com nomes em todos os elos da cadeia produtiva - de painéis e inversores a componentes eletrônicos e companhias de engenharia e projeto.

O diretor da Abinee vê a contratação de centrais de maior porte como um grande impulso para o desenvolvimento da indústria nacional, mas alerta que "isso não se consegue apenas com um leilão". Até por isso, o grupo setorial da entidade trabalha para enviar até março um documento ao governo com propostas para alavancar o setor no País. Um dos motivos da preocupação é o fato de que as empresas da área estão com sobra de estoque em todo o mundo, o que poderia levar a uma enxurrada de produtos importados a preços baixos.

"O programa fotovoltaico aqui no Brasil deveria estar muito atento a essa questão do desenvolvimento da cadeia. É um equilíbrio delicado, porque, ao mesmo tempo em que você quer incentivar a produção local, você não pode criar uma reserva de mercado. Porque isso iria, infelizmente, no sentido contrário de melhorar a competitividade da fonte. Então há que se criar alguns mecanismos que permitam que a indústria nacional tenha suas vantagens, ou pelo menos os projetos tenham vantagens ao adotar equipamento local", analisa Andrade.

O presidente da Associação Brasileira de Energia Renovável e Meio Ambiente (Abeama), Ruberval Baldini, destaca que a entidade trabalha o tema há vinte anos e diz que "o Brasil está

atrasado na tomada de decisão nessa inovação que é o uso da tecnologia fotovoltaica". Ainda assim, ele destaca que tem visto maior interesse do governo em conversas mais recentes, incluindo uma atenção por parte do ministro Edison Lobão. Baldini, porém, diz que é preciso uma posição firme e um plano de longo prazo. "Tem que tomar a decisão e ter coragem de botar o dinheiro. Qual é o incentivo, quantos milhões de reais vão ser colocados? Até hoje nós pagamos a CCC (Conta de Consumo de Combustíveis, que subsidia a geração termelétrica na região Norte) incentivando a energia suja e não tem nada para solar".

O executivo destaca que é preciso um plano definido e, assim como a Abinee, aponta que a simples realização de um leilão isolado atrairia os fabricantes com estoques e não criaria um mercado. "Ninguém vai trazer uma fábrica, uma tecnologia importada, para fazer uma coisa cuja demanda não corresponde. O governo dos Estados Unidos incentiva a indústria e faz compras. Aqui não se faz isso, quer se fazer um leilão e achar que isso se ajusta a uma indústria incipiente. Isso tem que mudar. Minha política hoje seria: vamos criar um plano de governo para incenivar a cadeia produtiva e ver onde a gente chega. Define quantos MW você quer, a que preço você quer chegar", sugere o especialista.

Casas e indústrias solares

Para Baldini, da Abeama, o principal caminho para a fonte no Brasil é a geração distribuída. O presidente da entidade acredita que algumas localidades, como Minas Gerais, já apresentam custos competitivos para a geração fotovoltaica devido ao alto custo da energia, que passa dos R\$347 por MWh. Ele aponta que um crédito subsidiado para a compra dos sistemas poderia ser o fator de alavancagem da tecnologia.

"O incentivo maior é dar crédito a quem quer comprar. O cara tem uma casa, ou um pequeno mercado. Que ele possa pagar (a instalação) com mais ou menos o que seria a conta de energia. Aí vai se criar uma série de situações e a indústria vai se mexer. Onde tem demanda a indústria se mexe", aposta Baldini.

A Abeer também vê a linha de crédito como importante para a fonte. Granadero afirma que, dependendo das condições oferecidas, pode "valer mais a pena investir em energia solar do que em poupança". O executivo, que conta ter ouvido da Caixa que há interesse em financiar sistemas fotovoltaicos e diz que existe "muita demanda reprimida" dos consumidores, principalmente na indústria e no comércio. Para ele, mal seria necessário aguardar as definições da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para os medidores inteligentes - que vão permitir ao cliente receber e injetar energia na rede.

"Você pode usar dois medidores, um que recebe e um outro que mede o que você gera. Porque quando (a geração solar distribuída) começou no mundo ainda não havia medidor inteligente. Isso já se faz nos EUA, no Japão e Europa há dez anos - e naquela época mal se falava em medidor inteligente. Não é isso que vai impactar a geração distribuída".